

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 11 de novembro de 2020 às 07h38
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Propriedade Intelectual

Brasil apoia iniciativa dos EUA contra a China no 5G 3
ECONOMIA | SÉRGIO MATSUURA | MARCELLO CORREA

Correiobraziliense.com.br | BR

10 de novembro de 2020 | Propriedade Intelectual

Vale do Silício se prepara para desafios no governo de Biden 5
ELEIÇÕES | AGÊNCIA FRANCE-PRESSE

IstoÉ Online | BR

10 de novembro de 2020 | Pirataria | Biopirataria

CNI defende bioeconomia para estimular produção e inovação no país 7
AGÊNCIA BRASIL

Hora do Povo Online | SP

10 de novembro de 2020 | Direitos Autorais

TJ-RJ condena bispo Edir Macedo a pagar R\$ 100 mil de indenização por calote em direitos autorais 8

Brasil apoia iniciativa dos EUA contra a China no 5G

ECONOMIA

País anuncia adesão ao programa Rede Limpa, que também inclui o Japão, e busca limitar avanço de empresas chinesas

MARCELLO CORRÊA E SÉRGIO MATSUURA

O governo anunciou ontem apoio a uma iniciativa americana que, na prática, limita o avanço de empresas chinesas na instalação da tecnologia 5G. A adesão à chamada Clean Network (Rede Limpa) foi feita no âmbito de uma parceria trilateral entre Brasil, EUA e Japão assinada pelos três países.

O comunicado foi feito pelo secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, Pedro Miguel da Costa e Silva, que recebeu a imprensa ao lado do secretário para Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente do Departamento de Estado dos EUA, Keith Krach.

- O Brasil apoia os princípios contidos na proposta do Clean Network feita pelos EUA, inclusive na OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), destinados a promover no contexto do 5G e outras novas tecnologias um ambiente seguro, transparente e compatível com valores democráticos e liberdades fundamentais - disse Costa e Silva.

Ao confirmar a parceria, Krach disse que o objetivo é garantir a segurança da rede: - Juntos, nós três (Brasil, Japão e EUA) expressamos nosso comprometimento em garantir redes de 5G resilientes e confiáveis, em apoio aos princípios de padrões de confiança digital que formam a base da Clean Network.

REUNIÃO COM EMPRESÁRIOS

Com a iniciativa, o governo brasileiro dá mais um passo em direção a fechar um acordo com os EUA, afastando da disputa pelo 5G brasileiro a chinesa Huawei. Durante a estadia no Brasil, Krach se reuniu com dez grandes empresas. Ele teria convencido as companhias de que são necessárias redes confiáveis para a expansão de operações com 5G.

Isso significa, por exemplo, proteção de **propriedade** intelectual e solução contra crimes cibernéticos. A ideia é que os empresários brasileiros falem com as operadoras de comunicações sobre as redes confiáveis. Krach conversou com Carlos Slim, da Claro, e José Lopez, da Telefônica, para que eles falem com suas subsidiárias no Brasil.

O programa Clean Network foi anunciado em agosto deste ano pelo secretário de Estado americano, Mike Pompeo, em meio à disputa geopolítica entre Washington e Pequim. Desde então, o secretário tem se empenhado em visitar países aliados em busca de apoio.

- Temos agora quase 50 nações que fazem parte do que chamamos de Clean Network, que se negaram a colocar infraestrutura de telecomunicações chinesa - afirmou Pompeo ontem, destacando a presença de Krach na América Latina. - Ele está discutindo o Clean Network com autoridades do governo e líderes do setor privado no Brasil. Recebi notícias de que o governo do Brasil apoia os princípios do Clean Network, e estou confiante de que iremos assinar um memorando de entendimento no futuro próximo.

Continuação: Brasil apoia iniciativa dos EUA contra a China no 5G

Quero agradecer ao Brasil e a seus líderes.

O programa possui seis princípios. Entre eles, está o Clean Path, que exige que todo tráfego de rede 5G entrando e saindo de instalações diplomáticas americanas não passe por equipamentos "de transmissão, controle, computação ou armazenamento de fabricantes não confiáveis, como Huawei e ZTE, que são obrigadas a cumprir exigências do Partido Co-

munista Chinês", segundo texto publicado no site do Departamento de Estado americano.

Com essa exigência, países que assinam memorando de entendimento sobre o programa, na prática, banem as companhias chinesas citadas de sua infraestrutura de rede. (Colaborou Eliane Oliveira)

Vale do Silício se prepara para desafios no governo de Biden

ELEIÇÕES

O Vale do Silício elogiou a vitória do democrata Joe Biden na eleição presidencial dos Estados Unidos postado em 10/11/2020 14:44

(crédito: REUTERS/Jim Bourg/Direitos reservados)

O Vale do Silício elogiou a vitória do democrata Joe Biden na eleição presidencial dos Estados Unidos, mas espera enfrentar o desafio de políticos de todas as lojas diante das preocupações com a onipotência dos gigantes da tecnologia.

"A grande tecnologia sabe que tanto republicanos quanto democratas têm reclamações contra a forma como a indústria está operando e se preparam para mais supervisão e regulamentação", disse Darrell West, pesquisador sênior do Centro de **Inovação** Tecnológica da Brookings Institution.

Antimonopólio, moderação de conteúdo, política de imigração - há vários problemas que empresas como Google, Apple, Facebook e outros grupos do Vale do Silício se preparam para enfrentar sob a administração Biden.

Luta antimonopólio

As ações das autoridades americanas contra o Gafa (sigla para Google, Amazon, Facebook e Apple) por abuso de posição dominante continuarão depois que Joe Biden assumir a presidência em 20 de janeiro.

O processo para o governo federal e vários estados da União reclamaram em outubro contra a Google por tentativa de monopolizar ilegalmente buscas online e publicidade pode levar anos.

Apple, Facebook e Amazon, que já estão sujeitos a vários processos judiciais, também podem ser alvos

legais.

A ala mais à esquerda do Partido Democrata gostaria de dismantelar esses grupos. Mas, para Daniel Ives, da Wedbush Securities, "como os republicanos provavelmente manterão o controle do Senado, os investidores descartam a possibilidade de aprovar grandes mudanças nas leis antimonopólio".

No entanto, espera-se que as relações entre a Casa Branca e os gigantes da Internet sejam menos tumultuadas do que sob o republicano Donald Trump, como evidenciado pelo entusiasmo de muitos líderes dos gigantes da tecnologia (Bill Gates, Jeff Bezos, Sheryl Sandberg etc.) para parabenizar Joe Biden após sua vitória na semana passada.

A vice-presidente eleita Kamala Harris, senadora da Califórnia, tem laços estreitos com a indústria. Seu cunhado e ex-chefe de gabinete, Tony West, é o diretor jurídico do Uber.

Moderação

A moderação das publicações nas redes sociais e nas principais plataformas da internet deverá continuar a alimentar o debate político, com destaque para o artigo 230.º da "Lei da Decência nas Comunicações".

Esta lei, difamada pelos setores mais à esquerda e à direita do espectro político, impede processos judiciais relacionados com conteúdos publicados por terceiros. Os democratas acreditam que exonera os sites de suas responsabilidades, enquanto os republicanos reclamam de ataques à liberdade de expressão.

Joe Biden disse que quer "revogar" a Seção 230, mas não deu mais detalhes.

Para Robert Atkinson, presidente do think tank da Information Technology and Innovation Foundation, os comentários "são mais declarações de campanha do que qualquer outra coisa" e é improvável que a lei seja imediatamente revogada.

O governo Biden também deveria votar a favor do princípio da igualdade de tratamento e acesso ao conteúdo online, conhecido como "neutralidade da rede", ao qual Trump se opõe.

Outro assunto em pauta é a proteção da privacidade na Internet, um dos principais pontos de discórdia entre Washington e o Vale do Silício.

Atkinson considera a possibilidade de uma legislação mais rígida contra o Gafa, inspirando-se na legislação atual na União Europeia, embora provavelmente possam ser bloqueados no Senado se os republicanos mantivessem a maioria depois que as cadeiras do estado da Geórgia fossem resolvidas em 5 de janeiro.

China

Joe Biden poderá continuar com a política de "desacoplamento" das economias dos Estados Unidos e da China, iniciada por Donald Trump no contexto do conflito comercial sino-americano.

Também poderá dar um novo rumo à guerra tecnológica que se trava entre os dois países e que tem levado à restrição das atividades em solo norte-americano por empresas chinesas como o grupo de telecomunicações Huawei ou a plataforma ByteDance, empresa-mãe da TikTok.

Continuação: Vale do Silício se prepara para desafios no governo de Biden

Os defensores da tecnologia nos EUA, cuja cadeia de suprimentos depende muito da China, esperam uma mudança de direção.

"Wall Street parece pensar que uma presidência de Biden adotará um tom um pouco mais amigável com a China nas disputas tecnológicas e políticas", disse Daniel Ives, que, no entanto, acredita que questões cruciais como roubo de dados, proteção da privacidade e da **propriedade** intelectual continuarão a ser o foco das atenções.

Vistos

A nova administração também pretende revogar os decretos de Trump que restringem vistos para trabalhadores estrangeiros graduados, cujas habilidades são valorizadas por grandes grupos de tecnologia dos EUA.

"As empresas de tecnologia apreciarão as medidas de imigração mais justas de Biden, que permitiriam que trabalhadores altamente qualificados entrassem nos Estados Unidos porque é essencial para seus negócios", disse West, cunhado de Kamala Harris.

No entanto, Biden deve ter cuidado "para não dar a impressão de que essas medidas estão prejudicando o emprego nos Estados Unidos", alertou Patrick Moorhead da Moor Insights & Strategy.

Tags eleições Estados Unidos Joe Biden vale do silício

Agência France-Presse

CNI defende bioeconomia para estimular produção e inovação no país



Agência Brasil Medicamentos, biocombustíveis, cosméticos, tecidos, fibras de vidro. A biodiversidade aliada à tecnologia de ponta oferece possibilidades de produção sustentável. Essa é a promessa da bioeconomia, e o Brasil tem a vantagem de ter 20% da biodiversidade do planeta.

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) projetou o potencial de crescimento do setor de biotecnologia industrial - um dos segmentos da bioeconomia - para os próximos 20 anos. Segundo a entidade, o setor pode agregar aproximadamente US\$ 53 bilhões anuais à economia brasileira, sendo US\$ 20 bilhões em 120 plantas para produção de etanol de segunda geração e US\$ 33 bilhões de bioprodutos derivados da celulose. Para isso, as empresas do setor precisariam investir aproximadamente US\$ 132 bilhões anuais ao longo dos 20 anos.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), na União Europeia a bioeconomia movimentava 2,3 trilhões de euros, quase o Produto Interno Bruto (PIB) da França, a 7ª economia do mundo, e emprega 18 milhões de pessoas.

Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, a bioeconomia é uma importante alternativa para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e para o cumprimento do compromisso brasileiro de redução de emissões de gases de efeito estufa, estabelecido no

Acordo de Paris. "Isso porque a floresta em pé passa a gerar mais riquezas e, com isso, aumenta o seu valor frente às outras alternativas."

Segundo a CNI, entre os setores da indústria brasileira que vão crescer com o fortalecimento dessa agenda está o de medicamentos, cuja relação com os ativos da natureza vem de longa data.

A CNI realiza no dia 26 deste mês o Fórum Bioeconomia e a Indústria Brasileira. Em estudo lançado em agosto, a confederação enumera os desafios para o país avançar nesse segmento: regulamentação, inovação e investimentos.

Lei da Biodiversidade

Em vigor desde 2015, a Lei da Biodiversidade e, mais recentemente, a ratificação do Protocolo de Nagoia no Congresso Nacional formaram o arcabouço jurídico sobre o tema no país.

Mas para o protocolo ter validade, lembra a CNI, o governo federal ainda precisa depositar a Carta de Ratificação na Convenção da **Diversidade** Biológica (CDB), da Organização das Nações Unidas (ONU). Para ter direito a voto na próxima reunião da CDB, prevista para maio de 2021, em Kunming, na China, o Brasil precisa fazer o depósito até 90 dias antes do encontro.

Para a CNI, o avanço da bioeconomia depende também de aperfeiçoamentos no sistema de inovação do país. A entidade defende a liberação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

TJ-RJ condena bispo Edir Macedo a pagar R\$ 100 mil de indenização por calote em direitos autorais

Por unanimidade os desembargadores da 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) mantiveram a decisão que condena o bispo Edir Macedo, a Igreja Universal e a editora Unipro, a pagarem R\$ 100 mil de indenização pela violação dos **direitos** autorais do compositor Orlando Vieira do Nascimento.

A decisão foi publicada na última sexta-feira (5), no Diário de Justiça do Rio de Janeiro.

O músico já havia ganhado a causa contra a Igreja Universal do Reino de Deus, Macedo e a editora em sentença proferida na 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, mas a Igreja Universal recorreu.

Na ação, o compositor, um pastor evangélico de mais de 80 anos, alegou que a editora da Universal lançou o livro "Louvores de Deus", mas não pagou os **direitos** autorais pelo uso de hinos da "Harpa cristã" e "Harpa de ouro", das quais Vieira do Nascimento possui direitos de utilização e rearranjo.

O livro circulou em 187 países, afirmou o advogado do compositor, Agostinho Vilar. "O pastor [Vieira] levou quase 20 anos da vida dele fazendo essa reforma nesse hinário para chegar o Edir Macedo e publicar em escala comercial e não pagar um centavo sequer de **direitos** autorais", disse Vilar, em entrevista ao UOL.

No acórdão do TJ-RJ, a desembargadora Jacqueline Lima Montenegro afirmou: "Está clara a legitimidade passiva dos réus, ora apelantes, para responder à presente demanda, diante da comprovada prática de ato ilícito consistente na reprodução não autorizada e modificação indevida das obras contidas na "Harpa Cristã" e na "Harpa de Ouro" pela Igreja Universal do Reino de Deus, com a ciência, autorização e até mesmo influência do Bispo Edir Macedo Bezerra, facilitada pela Editora UNIPRO LTDA, responsável pela criação, publicação e tiragens não identificadas dos hinários e mídias digitais ", escreveu Montenegro, que é relatora no processo.

Na decisão ainda, a Justiça proíbe a Igreja Universal do Reino de Deus de executar os hinos em seus cultos sem pagar os **direitos** autorais ao compositor. No entanto, Agostinho Vilar afirma que o autor da ação não vai exigir que a Universal cumpra essa parte da decisão.

Segundo a revista norte-americana Forbes, em ranking de 2013, Edir Macedo figura em primeiro lugar entre os cinco pastores evangélicos mais ricos do Brasil, com uma fortuna estimada em US\$ 950 milhões, ou cerca de R\$ 1,9 bilhão (cotação do dólar na época).

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 5

Inovação
5

Pirataria | Biopirataria
7

Direitos Autorais
8